

PARADIGMAS TEÓRICOS DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Solange Puntel MOSTAFA¹
Ademir Benedito Alves de LIMA²
Eduardo Ismael Murguia MARANON³**

Abstract

Theoretical approaches of Librarianship and Information Science are discussed pointing out the limitations of Functionalism and Behaviorism, with emphases on specific themes as Conceptualization, Job Satisfaction, Reading Process, Goal setting and Self-image.

RESUMO:

Analisa os paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação com ênfase para o funcionalismo e o behaviorismo. Discute os limites e possibilidades dessas correntes em temas específicos como conceituação, satisfação no trabalho, hábitos de leitura, definição de alvos e auto-imagem.

Dois paradigmas bastante influentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação são o Funcionalismo e o Behaviorismo. Dito de outra forma, Sociologia e Psicologia são as duas áreas de conhecimento onde a Biblioteconomia e Ciência da Informação vão buscar referencial, não só teórico mas também prático para realizar

(1) Professora do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCCAMP

(2) Bibliotecário da EMBRAPA/Londrina, PR.

(3) Doutorando UNICAMP, Faculdade de Educação.

algumas de suas descobertas. Da física vem a precisão para tratar os organismos (seja esse organismo o homem, seja a biblioteca, sejam as instituições). Tanto a sociologia quanto a psicologia são absorvidas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação na sua vertente biológica. Sociedade como organismo. O homem também como um organismo.

O que vemos, hoje, pode ser considerado quer uma sociologização da realidade como também uma psicologização do real. Sem entrar no mérito da disputa ideológica que essas duas disciplinas travam entre si, o fato é que a Psicologia dá como morta a Sociologia porque entende que só ela, a Psicologia, tem instrumentos originários das ciências experimentais de controle. Até porque a Psicologia já nasceu experimental dentro de uma concepção do materialismo vulgar que a Fisiologia, Psicofísica e neurologia continham na primeira geração de psicólogos. A Sociologia, por outro lado, considera a Psicologia um mito cientificista. Ora, há correntes e correntes dentro da Sociologia e há correntes e correntes dentro da própria Psicologia. Em linhas gerais, podemos considerar que Funcionalismo virou sinônimo de Sociologia tanto quanto Behaviorismo virou sinônimo de Psicologia. Pois o Funcionalismo e o Behaviorismo são vertentes dominantes ou hegemônicas nas suas respectivas ciências.

Não é por acaso que as pesquisas em Biblioteconomia e ciência da Informação estão impregnadas desses referenciais. Trataremos, nesse artigo, de exemplificar essas influências. Não são as únicas influências mas são dominantes. A Sociologia, cuidando das instituições e a Psicologia cuidando dos indivíduos. Com tal separação que dá a impressão de um real cingido ao meio. Ora, o real é um só. A análise do movimento histórico dessas disciplinas dá conta de determinações sociais únicas: o surgimento das relações indústrias de produção.

A nova sociedade industrial do século passado forneceu todas as condições materiais para o desenvolvimento quer da Sociologia, quer da Psicologia. Agora, são essas ciências que devolvem à realidade motivos de pesquisa, problemas a resolver e condições materiais para fazê-lo. Só que devolve aos cêntuplos,

inflacionando a realidade com pseudo-problemas. Daí a sociologização. Daí a psicologização.

Conquanto essas disciplinas brigam com golpes mortais no plano epistemológico, é de se notar que Funcionalismo e Behaviorismo se dão muito bem, pois ambos se baseiam na noção biológica de equilíbrio, de adaptação do homem ao meio. De interação. Funcionalismo e Behaviorismo não se rompem porque há como que uma passagem contínua do biológico ao social. A passagem é de continuidade, não de ruptura. Naturaliza-se o social, ao mesmo tempo que se socializa o biológico. É claro que o corpo biológico é já social e vice-versa. Mas essas determinações não se dão em separado a ponto de servirem de disputas teóricas. Ou a ponto de servirem de recomendações em trabalhos de informação.

A Sociologia não chega a ser tão recomendada quanto a Psicologia. Nem tampouco o Funcionalismo está presente de forma consciente nos trabalhos e dissertações bibliográficas. Já o fascínio pela psicologia se dá em todos os setores institucionais: econômico, político, militar, escolar, administrativo, etc. A Psicologia apresenta-se como uma tomada de consciência sem a qual a ação não se realiza. Essa sobrevalorização dos processos mentais (comportamentais) não seria uma idealização da realidade? De fato, é notável o idealismo filosófico presente nos trabalhos que analisaremos a seguir.

A própria Sociologia acaba como que engolida pelo imperialismo da Psicologia nas concepções psicológicas da própria cultura. A cultura passa a ter personalidade... As instituições vão assumindo vocações em suas motivações. Diretívismo psicológico?

IDEALISMO FILOSÓFICO DO FUNCIONALISMO

O idealismo filosófico, temos tratado de identificá-lo na Biblioteconomia e Ciência da Informação em vários textos, MOSTAFA (1985). Mas é necessário insistir. Desde a filosofia platônica-aristotélica onde essa concepção se esboça, o idealismo perpassa os séculos passando por Descartes, Kant e tendo em

Hegel o seu representante máximo. Aqui, trata-se apenas de reconhecer que, a despeito da enorme ruptura operada por Marx, ainda raciocinamos com categorias platônicas no limiar do século 21.

O funcionalismo entende por estrutura social um conjunto de valores e papéis cuja determinação ocorre nessa seqüência idealista: os valores dão as pautas da normatividade no sentido de que as normas são estabelecidas de acordo com os valores. A coletividade é definida por agentes que podem ser participativos ou não. Esses agentes têm um status definido de participação. São chamados atores e como tais desempenham papéis dentro de um cenário determinado. O Funcionalismo divide, portanto, a estrutura social em valores, normas, atores e papéis. A contribuição de distintos autores tem definido estrutura social como sendo as relações entre as pessoas. Outros, fazendo uso da noção de papel social e atores que desempenham papéis. O papel está para a instituição assim como a instituição está para a estrutura social (a instituição sendo um complexo de papéis ou uma reunião de papéis).

O mais importante em tudo isso é a primazia dos valores vigentes em relação às normas e personalidades individuais ou grupais. É como se os valores fossem indeterminados ou incausados. Apenas supraestruturais. E como tal a cultura. Se a estrutura social é, no Funcionalismo, a própria supraestrutura, o que ocorre com a cultura é o inverso. Ela tem que descer ao nível da estrutura para atingir os bens e artefatos.

Ao nível do senso comum parecem aceitáveis tais definições. O senso comum do Funcionalismo assim o admite. Admitimos nós também quando estamos mergulhados no imediatismo das relações pessoais ou grupais. Não é difícil para nós admitirmos que estrutura social são as pessoas e cultura são os produtos humanizados, desde os instrumentos até os símbolos que os explicam.

Mas há necessidade de instrumentos para que sejam feitos os produtos. Onde entra a apropriação desses instrumentos?

Para o funcionalismo, essa é uma questão menor e, a rigor, inexistente. Isto porque ou a estrutura propicia propriedade para todos os atores (não havendo o que discutir) ou todos trabalham desapropriados. Ambos os pressupostos são irreais).

PARADIGMA BEHAVIORISTA

Para evidenciar de saída o domínio da abordagem comportamentalista na Biblioteconomia e Ciência da Informação, podemos verificar que categorias psicanalísticas estão totalmente ausentes na construção do objeto em informação. Ninguém jamais ouviu falar que o Desejo foi objeto de dissertação bibliotecária pois essa categoria é da psicanálise e não do comportamentalismo. Quando se trata de analisar o comportamento do usuário de biblioteca ou de informação, as categorias de análise são as categorias behavioristas como motivação, aprendizagem, memória, alvos, atitudes, categorias que já foram operacionalizadas pela corrente comportamental.

Vários temas têm sido estudados na nossa área com o referencial comportamental. Nossa preocupação é evidenciar aí a mesma dose de idealismo filosófico que permeia também o Funcionalismo. Temas como **Conceituação, Satisfação no trabalho, Hábitos de leitura, Definição de alvos entre pesquisadores e Auto-imagem do bibliotecário**, por exemplo, são temas para os quais o comportamentalismo já dispõe de instrumental de análise. Nossa intenção não é, evidentemente, arrolar textos em determinadas correntes, mas apontar os limites de tais correntes ao lidar com os temas de eleger.

O IDEALISMO FILOSÓFICO DO BEHAVIORISMO

A conceituação

Dois textos são suficientes para evidenciarmos a forma com o Behaviorismo lida com a conceituação. **Conceito de biblioteca**,

TARGINO (1984) e *Information concepts for Information Science*, BELKIN (1978). O primeiro é uma dissertação de mestrado brasileira; o segundo é uma tese de doutoramento inglesa (artigo da tese).

TARGINO em *O conceito de biblioteca*, um dos poucos livros nacionais em Biblioteconomia analisa o que as crianças escolares pensam da biblioteca. Para tal, a autora recorre, primeiro, à teoria do conceito, isto é, o que os psicólogos comportamentalistas pensam sobre o ato de pensar (revisão da literatura dos psicólogos behavioristas atuais da década de 60 e 70). Após, a autora faz uma revisão da literatura entre os bibliotecários nacionais e internacionais para saber o que eles pensam sobre a biblioteca (capítulo intitulado "Biblioteca: evolução conceitual).

Temos então três ordens de pensares: o dos especialistas do pensamento, o dos especialistas de biblioteca e o das crianças. E a questão da autora é casar, tanto possível o pensamento com o pensado, isto, o que as crianças pensam de biblioteca deve coincidir com o que a biblioteca é, uma vez que nos adultos, essa coincidência estaria mais garantida (assim o demonstrou a revisão da literatura).

Após apresentar a evolução do conceito de biblioteca através do tempo, a autora apresenta o seu próprio conceito, isto é, o que ela pensa que biblioteca é: "Diante da variedade de conceitos encontrada na literatura biblioteconômica, a autora deste trabalho se propõe a expressar sua própria concepção, com base nas dimensões relevantes, segundo sua própria experiência de vida: Biblioteca é o local, onde uma coleção organizada e constituída de acordo com a demanda e necessidade dos usuários efetivos e potenciais a que se destina (tanto no que concerne ao tipo de material como à diversificação dos assuntos), está à disposição dos interessados, para suprir suas necessidades informativas, educacionais, materiais e financeiros que assegurem a continuidade e atualização dos seus serviços" (p. 59).

O que a autora vai fazer é verificar se as crianças pensam isto de biblioteca. Como é de se esperar (e a autora está consciente das diferenças cognitivas entre adultos e crianças sobre as quais discorre com muita propriedade), e as crianças não dispõem dessa

articulação verbal e conceitual apontadas na definição da autora. A mesma considera, então, as formulações infantis inadequadas, chegando mesmo a falar em “desvio conceitual”. A solução proposta é intensificar o estímulo Biblioteca para que a aprendizagem do conceito possa dar-se de forma integrada e sadia.

Fica visível aí que, nessa postura, melhorando a idéia da coisa, a coisa passa a existir também de forma mais atuante e integrada. Essa postura é idealista. O idealismo põe o pensamento na frente da coisa como condição de existência da coisa mesma, causando verdadeira inversão da relação sujeito-objeto. Postura tipicamente aristotélica-tomista, denotando a passagem/permanência da metafísica clássica ao positivismo moderno (tema desenvolvido em MOSTAFA, 1985).

Além do idealismo que leva a um deve-se, a um moralismo e diretivismo, o sujeito, nesta abordagem, está radicalmente separado do objeto: a biblioteca é um local que está lá, onde acontecem algumas coisas. A biblioteca está lá e acaba ao sujeito identificá-la (discriminando-a entre outros estímulos), A primazia do objeto sobre o sujeito está também posta: não é permitido ao sujeito “construir” a biblioteca, uma vez que ela já existe daquela forma anteriormente conceituada.

Por mais contraditório que possa aparecer, o idealismo é comum em todas as posturas empiricistas. O Behaviorismo é empirista nas suas raízes, as quais remontam ao empirismo inglês do século XVIII com Locke e Hume. Só as vivências ou experiências são importantes. Mas como essas vivências são hábitos, estímulos ou impressões individuais (e não históricas ou de classe), há que agrupá-las no conceito (passo que o empirismo inglês rejeitou) mas que a ciência moderna fez questão de dar: reunir o múltiplo no uno, isto é, conceituar. Ora, conceituar conceituando, já Aristóteles fazia muito bem. TARGINO inclusive o reconhece. Diz ela que desde sempre até a década de 70, a escola aristotélica dava conta do conceito. “Com o desenvolvimento de algumas ciências, notadamente a Psicologia, o assunto passou a ser estudado sob outro prisma que não o filosófico”.

Este outro prisma apontado pela autora (o prisma behaviorista) não parece distinguir-se em nada do prisma aristotélico, se por conceituação forem entendidos “as dimensões relevantes do conceito” que são a “classificação, generalização, abstração, discriminação,, generalização e aprendizagem” (p. 25). Até af Aristóteles também foi. Dispensaria toda a teoria do conceito dos behavioristas. Onde os psicólogos inovam é quanto à “aprendizagem” do conceito. É na coisa do aprender.

Vale a pena rerepresentar as teorias da aprendizagem do conceito utilizadas por TARGINO, pois o vocabulário dos estímulos e respostas denotam um certo mecanismo. Várias definições do conceito estão aí apresentadas: conceito é um comportamento controlado, por uma classe relacionada de estímulos discriminatórios; conceito é discriminação interclasses e generalização intraclasses; conceito é abstração das características, dos fatos, ou objetos facilmente observáveis ou mensuráveis.

Se conceito é comportamento, há que aprendê-lo. A hierarquia dessa aprendizagem é apresentada segundo um comportamentalista eleito: aprendizagem de sinais, aprendizagem estímulo-resposta, aprendizagem em cadeia, aprendizagem por associações verbais, aprendizagem de discriminação múltipla e aprendizagem por princípios ou regras. Deixamos para o leitor um exemplo de que seja a aprendizagem em cadeia: “Entende-se por aprendizagem em cadeia a conexão de um conjunto de tipo S - R em seqüência ressaltando-se que uma cadeia não pode ser aprendida sem que o indivíduo seja capaz de executar cada elo separadamente. O prédio da biblioteca universitária é o SD para o leitor universitário que aí irá buscar um livro. Este estímulo leva-o à resposta de entrar. Quanto isto ocorre, os S porteiro e borboleta pedem a resposta parar e entregar materia (RD), recebendo uma ficha (SD), a qual lhe permite entrar e buscar a secção desejada, seguindo os SD físicos do ambiente (avisos, sala, escadaria, entre outros) e assim sucessivamente até a resposta final de obter o material para ler. Neste nível, cada resposta gera ou possibilita o aparecimento de novo SD que leva à ocasião adequada para uma outra resposta, formando-se, assim, os elos de cadeia” (p. 23)

21

Cadeia? O behaviorismo por vezes aprisiona o homem no automatismo dos seus movimentos.

Nem todo o idealismo a um texto brasileiro. BELKIN (1978) quer conceituar informação. Para isso consulta tudo o que todos disseram sobre o assunto (todos os pares, agora). Trata-se de uma ordem só de pensar: a dos cientistas de informação. Para tal, decide, antes, por oito requisitos que o conceito de informação deve abranger. Após, passa em revista o que os pares disseram, tratando de verificar se os conceitos anteriormente a ele emitidos cumprem aqueles oito requisitos. Percebe que não. O dêle é, segundo ele mesmo, o mais completo e é assim: "Informação associada a um texto é a estrutura conceitual modificada do gerador a qual sublinha (underlies) a estrutura superficial daquele texto". Por estrutura conceitual modificada do gerador, BELKIN refere-se à seleção temática do enunciante. Há um entre parênteses na definição de BELKIN muito importante: a estrutura conceitual do gerador (isto é, o que o enunciante escolhe para falar) é intencional e depende do estado de conhecimento do receptor.

Por esta definição, BELKIN faz uma tese de Doutoramento. Mostrando as insuficiências de todos quantos antes dele disseram algo sobre Informação: Salton, Golffman, os russos, Pratt, Wersing, Shreider, etc. Não importa retomar cada um desses autores. Nossa intenção é mostrar o cognitivismo de BELKIN o qual relaciona gerador-receptor de informação, dentro de suas estruturas cognitivas. É a capacidade de selecionar e ajustar enunciados por parte do emissor e a capacidade de acomodar as novas mensagens por parte do receptor, o que define situações informacionais.

São oito os requisitos para um conceito de Informação útil para a Ciência da Informação: 1) o conceito deve referir-se à informação dentro de um contexto significativo da comunicação; 2) deve referir-se à informação como processo de comunicação social entre seres humanos; 3) deve referir-se à informação desejada ou requerida; 4) deve dar conta do efeito da informação no recipiente; 5) deve dar conta da relação entre Informação e estado do conhecimento (do gerador e receptor); 6) deve dar conta dos vários efeitos das mensagens apresentadas em diferentes

maneiras; 7) deve ser generalizável além do caso individual, e 8) dever oferecer formas para predição do efeito da informação.

Nota-se aí a preocupação com o efeito das mensagens. Com a predição e a generalização. Requisitos também presentes na teorização dos behavioristas para quem o conceito está estreitamente ligado aos processos de discriminação e generalização.

Ora, discriminar e classificar por semelhanças e diferenças são etapas tão elementares quanto fundamentais da interação sujeito-objeto.

Os gregos antigos fizeram isso e muito bem: a uniformidade na multiplicidade e a permanência no fluxo acentua a uniformidade e a permanência, solução satisfatória naquela fase de adaptação passiva do homem ao meio. O conhecimento identificador não pretende (e nem consegue) alcançar conhecimentos novos; lida apenas com conhecimentos já existentes pois o que determina a progressão do conceito é o negativo que elásticas contém. Os "desvios conceituais" das crianças nos parecem ricos para a fluidificação dos conceitos. Para o seu arejamento. Algumas crianças conseguem abranger todas as "dimensões" do conceito de Biblioteca requeridos pela autora. Outras desviam-se dessas dimensões e partem para outras, identificando biblioteca com livraria, com exposição de livros, com manual de estudo, com "cheirinho de velhice e sabedoria".

A lógica aristotélica e behaviorista considera os conceitos apenas no Ser que eles exprime. Foi baseado na forma e estrutura da linguagem que Parmênides encontrou a famosa noção de "ser" que faria carreira brilhante na filosofia. De fato, a cópula ser exprime a identificação que nosso pensamento consegue fazer a respeito das várias "feições do Universo" (como é a expressão preferida do PRADO (apud, SCHAAFER, 1985), feições do Universo com que tomamos contacto através de nossa experiência. Como a cópula ser une sujeito e predicado, sendo que o predicado muda e o sujeito permanece, chega-se à conclusão - e a História da Filosofia o comprova fartamente - que existe um elemento estável (a essência" - a biblioteca) a sofrer transformações externas, que apenas a qualificam e não a afetam radicalmente. Ora, a lógica de

Hegel considera os conceitos não apenas no Ser que eles exprimem, mas ao mesmo tempo no Não-Ser que eles implicitamente contêm. Nesse sentido, as criações de TARGINO foram mais hegelianas do que a própria autora, a qual se ateuve mais ao pensamento grego. Os gregos ao analisarem o fato do Conhecimento se detiveram na análise da linguagem, naquilo que ela tem de mais visível, na sua rigidez e não naquilo que por trás dela se esconde, que são os processos relacionais, dinâmicos e ininterruptos. Biblioteca, portanto, é e não é, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto aquilo que ela é. A identidade se faz na união dos contrários.

O ESTUDO DE USUÁRIO

Os estudos de usuário são voltados para o comportamento do usuário. Os temas pertinentes ao assunto incluem vários aspectos do comportamento: treinamento, fazendo com que o usuário saiba como utilizar os recursos disponíveis na biblioteca, para seu encontro preciso com a informação; uso, enfocando qual o tipo de material mais utilizado; fluxo de informação ou transferência de informação entre técnicos pesquisadores e cientistas, enfocando aí como se dá a comunicação científica e qual a relação entre canais formais e informais.

Os trabalhos sobre o comportamento do usuário são milhares e em todos há expressões recorrentes do tipo: hábitos e interesses, motivação e busca de informação, uso e não-uso. Há uma preocupação nos estudos que visam o comportamento do usuário no sentido de eliminar comportamentos não desejados e reforçar os desejados.

O tema de Usuários, por ser o mais popular entre os estudos da área, não deve agora merecer demasiada atenção, pois a aproximação crítica aos estudos de usuários foi realizada por LIMA (1991) em dissertação recente. O autor objetivou evidenciar mais de perto o funcionalismo nos estudos de usuário. O funcionalismo trabalha com as instituições. O behaviorismo, grosso modo, trabalha com as pessoas, com comportamentos humanos. Apesar de que nas instituições há lugar para os "atores" e os

“papéis” no funcionalismo. Tanto quanto no behaviorismo, a Instituição também é tematizada e se comporta: é o comportamento organizacional.

Ao Behaviorismo importa o comportamento exteriorizado, expresso em movimentos, palavras e atos. A psicologia comportamental não trabalha com a alma, o espírito, a psiquê. Como tudo isso está ligado ao corpo biológico, ela trabalha com a cognição, a aprendizagem, a memória, os hábitos, atitudes, opiniões. Atos e suas motivações.

LEITURA, SATISFAÇÃO NO TRABALHO E AUTO-IMAGEM

Três temas diversos, quando tratados pelo mesmo paradigma podem ser problematizados conjuntamente.

São vários os trabalhos que estudam o ato de ler, para remediá-lo, intensificá-lo e otimizá-lo. Da mesma forma analisa-se o trabalho do bibliotecário para remediá-lo, intensificá-lo e otimizá-lo. A auto-imagem também quer-se remediada e otimizada.

Tomemos alguns trabalhos representativos desses três temas: **Funções da leitura entre pós-graduandos em Biblioteconomia**, LOPES & RIBEIRO (1992); **Satisfação no trabalho: perspectiva de bibliotecários de uma Universidade Estadual**, CAMPOS et al (1992); **Alvos de docentes-pesquisadores relativos à carreira: influência das variáveis sexo e área de conhecimento**, GIACOMETTI (1990); **Docentes pesquisadores: perspectiva pessoal quanto à profissão**, GIACOMETTI (1990) e **O Bibliotecário e sua auto-imagem**, PRATES DE OLIVEIRA (1993)

O primeiro trabalho, **Funções da leitura entre pós-graduandos em Biblioteconomia**, já de saída, funcionaliza a leitura, tipologizando-a em função informativa, normativa, interacional, poética, emotiva, fática e pessoal. Os teóricos internacionais definem 10 funções para o ato de ler as quais são as funções básicas da leitura: aprendizagem, lazer, fuga, estímulo, preenchimento de tempo, alvos sociais definidos, moralidade, auto-respeito, flexibilidade e utilidade. Esse trabalho quer saber exatamente como e para que lêem os pós-graduandos em

Biblioteconomia. Descobre que eles lêem assim: primeiro para aprender; depois por uma questão de lazer; também por utilidade, em quarto lugar os mestrandos lêem porque tem alvos sociais definidos, seguidos por estímulo, etc. Por último, os pós-graduandos em Biblioteconomia lêem por auto-respeito.

Ora, nem é preciso comentar o absurdo a que levam as tipologias e categorizações ao naturalizarem os processos sociais. E leitura é um processo social, um ato social. As autoras se ressentem do baixo índice que a ocorrência de leitura para auto-respeito obteve (o mais baixo índice entre as 10 funções) e também do baixo índice obtido para a leitura de alvos sociais definidos. Suspiram, aliviadas, que a leitura tipo Fuga tenha tido baixa utilização "um comportamento que pode ser até aceitável em alguns casos, mas não é um padrão ideal para um desenvolvimento harmonioso da personalidade de um bom leitor" (p. 9).

E o moralismo/diretívismo do dever-ser das autoras prossegue: "a leitura como lazer não poderia ocupar um espaço maior que a leitura por alvos sociais definidos, pois os alvos sociais definidos fazem parte do leitor como um cidadão e o lazer preenche as suas necessidades pessoais. Assim, uma pessoa mais consciente socialmente é de se esperar que alvos definidos seja uma leitura mais forte no repertório do que a leitura de lazer. Vale entretanto lembrar que, dado o tipo de profissão, pode ser considerado que a leitura para aprendizagem e por utilidade concomitantemente preenche as funções de alvos sociais" (p. 9)

Ora, se preenche, porque então separar a leitura em tantas categorias ou motivos? Ninguém aguenta ler por tantas razões. Há questões tão óbvias que o próprio senso comum resolve.

O Behaviorismo, além de anistoricizar o objeto, naturalizando-o acaba por infantilizá-lo.

Discutiremos alguns problemas do paradigma em aprêço presentes em todos os temas aqui abordados. São eles: 1) a-historicidade das categorias tidas como naturais e biológicas; 2) questionário, essa vara curta; 3) senso comum tomado por

concreto; 4) o cognitivo e o psicológico tem primazia sobre os processos históricos-sociais; 5) autonomia absoluta (e não relativa) das instituições, dos processos e dos indivíduos; 6) concepção de homem como indivíduo isolado e não como conjunto de relações sociais.

A discussão destes tópicos diz respeito a todas as abordagens empírico-analísticas cujos limites e possibilidades importa rever.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO

A literatura internacional está repleta de estudos sobre a satisfação no trabalho dos bibliotecários. No Brasil, começam a aparecer um e outro. PRATES DE OLIVEIRA (1983) iniciou o tema, embora o seu objetivo era a auto-imagem dos bibliotecários. Satisfação no trabalho é um tema independente na tipologia da ciência psicológica e administrativa. Analisam-se aí os aspectos relacionados com a satisfação no trabalho tais como: salário, oportunidades de ascensão, relacionamento entre pessoas e entre chefias, como também a ambiência. CAMPOS et al (1992) fornecem exemplo recente. Para estes trabalhos utilizam-se normalmente escalas de aferição e medição como a mencionados pelas autoras: "Escala Multidimensional de Satisfação no Trabalho", traduzida de "Multidimensional scale of job satisfaction". Compreende esta escala 7 pontos, variando do conceito de "discordo fortemente a concordo fortemente". antes de comentar os resultados, é importante ressaltar que tanto a Satisfação quanto o Trabalho são percebidos por uma ótica voluntarista e individual (depende da vontade de cada um). A complexidade da categoria Trabalho é logo reduzida às tarefas e relacionamentos; salário fica reduzido à pagamento, vencimentos, remuneração. Questões como o sobre-trabalho, a mais-valia, o valor, isto é, a parte do salário que vai formar o capital não aparece nessas abordagens. Onde o abstracionismo das análises. A satisfação/insatisfação não é contraproposta com a alienação no trabalho. A questão fica ao sabor individual do indivíduo psicológico. Como o trabalho é reduzido a tarefas, cargos e funções, fica-se sem ter como entender

a estrutura do trabalho entre os trabalhadores de escritório nas configurações capitalistas periféricas.

Das sociedades mais desenvolvidas vêm as escalas de aferição. Se no Brasil quase não há pesquisas para medir satisfação no trabalho com bibliotecas, são incontáveis os mesmos no primeiro mundo. E a questão é como alcançar esse processo artificial e superficial de conhecer a realidade, pois as escalas funcionam como escadas para a hegemonia paradigmática.

É interessante que os resultados desses estudos apontam sempre a coluna do meio: em CAMPOS et al (idem), os bibliotecários estão "moderadamente satisfeitos" com as condições físicas: elas não são "nem agradáveis nem desagradáveis"; as condições físicas do ambiente são "razoavelmente boas".

Se sairmos da biblioteca e dermos com os docentes da Universidade, outra vez a coluna do meio aparece. GIACOMETTI (1990) fez isso e o resultado expressa indefinição quanto a satisfação/insatisfação na perspectiva pessoal relativa ao trabalho" (p. 123). Esse resultado parece próximo da realidade humana e da dialética do ser e não-ser, pois com o mesmo senso comum afirmaríamos, anteriormente a qualquer pesquisa, que somos ao mesmo tempo felizes e insatisfeitos com o trabalho. Estas pesquisas constataam o óbvio mas a despeito disso não respeitam o óbvio. Há que modificar o comportamento, idealizando o. Ao comportamento e à realidade. Por descobrir o óbvio esses trabalhos são válidos. Por explicar pouco o óbvio e tentar redicioná-lo a qualquer custo, esses trabalhos tornam-se moralistas.

GIACOMETTI (1990) faz descobertas interessantes: os docentes de uma Universidade Brasileira das áreas biológicas, exatas e humanas têm alvos finais (querem ser bons educadores) mas não traçam alvos intermediários para atingir os finais (ninguém menciona doutoramento como alvo intermediário para ser um bom docente-pesquisador).

Para a Teoria da Aprendizagem Social, **Definição de Alvos** é parte do que se chama Behaviorismo Cognitivo. A teoria do alvo fala por exemplo, em "organismo motivado". Ora, definir alvo

é importante mas os alvos não existem em nós com a precisão de um tiro ao alvo. O behaviorismo recupera o planejamento sistemático do ser e pensar. Possível e desejável em alguns casos. Moralista e autoritário em outros.

AUTO IMAGEM DO BIBLIOTECÁRIO

Destacamos esse tema como algo diferente do tema da Satisfação no Trabalho porque ele possibilita discutir as limitações do senso comum, discussão que perpassa todas as pesquisas aqui mencionadas. Se se analisarem os "fatores" que compõem a auto-imagem veremos que são os mesmos fatores que compõem a satisfação. O perigo é cairmos na metafísica dos fatores que fazem da realidade um complexo de fatores.

Da mesma forma que TARGINO analisa o conceito de biblioteca entre as crianças, após analisar o conceito da mesma entre os bibliotecários via Revisão da Literatura, PRATES DE OLIVEIRA (idem) segue esse mesmo percurso epistemológico: primeiro, o achar da literatura nacional e internacional. Depois o achar dos bibliotecários mesmos. A autora quer saber "as reais atitudes dos bibliotecários com relação à Biblioteconomia" (p. xv). Os instrumentos utilizados são outra vez as escalas psicométricas. A auto-imagem é dividida em fatores: remuneração, requisitos intelectuais e mecanismos, condições de trabalho, status profissional, estereótipo profissional, estereótipo profissional e consciência social. Quer-se o seguinte: os bibliotecários brasileiros ganham bem? Gostam do seu trabalho? Este trabalho é rotineiro ou é intelectual?

Tal qual a escala multidimensional de CAMPOS et al (idem), aqui se também usou um Questionário de Auto-Imagem do Bibliotecário (QAIB e o Diferencial Semântico - DS). A escala de atitudes tem 7 pontos, onde o número 1 expressa "discordância total no conteúdo do item e o número 7 a concordância total".

A sociabilidade do instrumento do trabalho foi discutida em MOSTAFA (1992). Aqui o importante é analisarmos os resultados: os bibliotecários da pesquisa de PRATES DE OLIVEIRA

estão satisfeitos em serem bibliotecários e consideram criativa a sua função. Os bibliotecários da literatura consultada por ela já percebem o trabalho dos bibliotecários em geral rotineiro e monótono (não o deles mas o dos colegas, o dos bibliotecários em geral). Uma mesma classe de profissionais onde não há consenso acerca das atitudes profissionais. Na linguagem behaviorista, isso é **dissonância cognitiva**. A dissonância cognitiva de que fala o behaviorismo é o desacordo dentro do mesmo indivíduo entre o que ele pensa e o que ele faz. A autora, sabiamente, transporta a análise para a classe de profissionais: opiniões e percepções diferentes em relação a uma mesma coisa, a atuação profissional.

Ora, essa dissonância cognitiva não é apenas cognitiva e nem é individual (de uma classe profissional). As imagens, sejam elas da profissão, da religião, do sexo, etc. são representações das relações sociais. Essas imagens constituem-se em símbolos, eles mesmos imagens e prenes de significado. Como signo, as imagens nos remetem a referentes concretos. Relações sociais são relações concretas de trabalho que se exprimem através da cultura em suas múltiplas manifestações, como religião, literatura, arte, ciência, música ou formas jurídicas. É dentro desse contexto que devemos entender a auto-imagem. Auto-imagem não é uma roupa que vestimos. Auto-imagem faz parte do nosso cotidiano e nisso estamos de acordo com a autora. O que falta é a inserção desse cotidiano imaginário no processo histórico concreto. Discutirmos isso em item à parte diz respeito a todas as pesquisas aqui mencionadas.

SENSO COMUM VERSUS HISTORICIDADE

Nas duas pesquisas mencionadas de TARGINO e PRATES DE OLIVEIRA nota-se um percurso similar em termos de estruturação ou lógica de análise: é o confronto da literatura com a realidade imediatamente pesquisada. Nesses dois textos, especificamente, a literatura não é fruto de pesquisa de campo. Mas mesmo que fosse, o que temos ali são opiniões e depoimentos, sentimentos e expressões dos experts na área. Numa palavra: o senso comum. O

que nós pensamos sempre é de área. Numa palavra: o senso comum. O que nós pensamos sempre é de comum acordo com tudo o que está a nossa volta. Sejamos nós escritores ou de satisfação, trata-se ainda de senso comum. O senso comum traduz sentimentos disparatados, fragmentados e contraditórios porque, para ser comum e perpassar toda a sociedade, o saber precisa ser despojado de sua historicidade. Na sua historicidade e inteireza, o saber é orgânico, no sentido de ser organizador do real. O saber passa a desorganizar o real para organizar a hegemonia da classe dominante. É nesse sentido que muitas teorias, muitos paradigmas, muitas filosofias e ciências são desagregadas do real. Desagregação que não fica apenas no plano teórico. A desagregação é concreta. Está posta através de intelectuais, sejam cientistas, pastores, professores ou bibliotecários. Intelectuais que estão funcionalizados nas instituições como a imprensa, a escola, a igreja ou a biblioteca. Esses intelectuais são os criadores e difusores de teorias ou idéias que chegam até o nosso cotidiano, moldando a nossa visão, atitude, hábito, motivação, comportamento ou opinião.

Vem então uma crença que não se sabe bem de onde, difusa e penetrante que vai chegando e ficando com a força de um cimento a moldar as crenças populares. A nossa opinião ou atitude sobre a vida, está portanto bastante impregnada de senso comum, quer refletamos antes de dar nossas opiniões, como quando escrevemos um textos, quer simplesmente quando refletamos antes de responder questionários ou dar entrevistas a gravadores. Não é o instrumento de captação de nossas opiniões, sozinho, que garante a veracidade delas. O senso comum não está aí de passagem; ele é formado através de gerações e por um longo processo histórico, apesar de se apresentar como a-histórico. Não é portanto uma questão de concentração mental na emissão de nossas opiniões, o que as torna verdadeiras. Por mais que concentremos, seja através de leituras sobre o assunto, seja através do cotejo das opiniões das pessoas à nossa volta, nosso parecer ainda é parcial, fragmentado e contraditório. O acúmulo de leituras dentro do mesmo referencial não leva, portanto, à verdade. Não é a soma de referências acadêmicas que garantem a compreensão final da realidade. A totalidade, já o demonstrou

KOSIK (1976) não é a soma de todos os fatos mas relação de um só fato com a sua historicidade. KUHN (1978) já demonstrou também a camisa-de-força do paradigma científico. A coleta de referências acadêmicas tem a mesma motivação empiricista da coleta de dados do projeto científico. O círculo vicioso não se rompe pois a sua multiplicidade em centenas de trabalhos sempre dará uma visão fragmentada do problema. Um elogio a POPPER cabe aqui: a indução leva à regressão ao infinito.

A ciência não se faz, como querem os neo-positivistas, de pedacinho em pedacinho, pedra sobre pedra, no acúmulo de experiências particulares. Mas o caminho de volta do geral para o particular. Ambos os caminhos históricos. Até as categorias mais gerais são determinações históricas muito precisas.

Voltemos à auto-imagem. Um parte dos bibliotecários está feliz. Outra parte está infeliz. Na categoria salário estão todos insatisfeitos. Uns acabam o trabalho rotineiros, outros tem-no criativo. Como analisar esta contradição? Será uma questão individual, de motivação interna apenas? Os felizardos o são para sempre? E os tristonhos são sempre tristes?

Ora, o homem não é uma categoria (ou ser ou conceito ou organismo) isolado, capaz de agir (ou sentir) solto, livremente nesse pano de fundo chamado sociedade. Sem deixar de reconhecer a liberdade, o indivíduo encontra sua liberdade no fato de reconhecer suas limitações. Limitações que não devem ser entendidas como anomalias psicológicas ou dissonâncias cognitivas mas como trilhos marcados pelas relações sociais. É nesse sentido que o homem isolado não pode mudar imagens porque o homem isolado (como classe profissional) não pode mudar as relações sociais.

É só na medida em que uma classe social (não classe profissional) adquire consciência é que se poderá falar de mudança. Na medida em que se substitui uma ideologia hegemônica por outra é que se pudera falar em mudança. A expressão "classe de bibliotecários" denota classificação, o que é a negação das classes sociais. Os trabalhadores de informação têm um pertencimento de classe, sim, que cumpre investigar, mas isso não pode ser feito com

referencial apenas empírico-analítico, sejam os levantamentos de opinião, sejam as pesquisas experimentais.

A despeito do rigor estatístico do tratamento das opiniões ou da acuidade dos instrumentos, opiniões são impressões e como tal, difusas e contraditórias. São os pre-conceitos. (O pre-conceito com a técnica bibliotecária, por exemplo, vem de longe e perpassa as gerações; é pré-conceito arraigado. Grudado. Removê-lo, só com muito esforço teórico. “Para afastar o preconceito, nada melhor do que estabelecer o conceito. E estabelecer o conceito significa recuperar, através da teoria, a objetividade do fenômeno tal como ele se constitui historicamente” (SAVIANI, apud MACHADO, 1989 p. 7).

Mas se o senso comum é assistemático e desorganizado, não significa que ele não tem valor. Afinal, todos nós temos nossas impressões. É quase tudo que temos. Nenhum de nós está portanto falando bobagens. Falamos o que sentimos. Ainda que não saibamos ao certo como sentimos. **É essa contradição nas nossas opiniões que escapa ao senso comum dos pesquisadores.** Não que eles não as percebam. Percebem-nas como difusões, dissonâncias ou alvos mal definidos. De nós outros. A culpa é sempre dos indivíduos ou das instituições, esses incansáveis sujeitos de pesquisa.

Agimos e pensamos de uma maneira sempre muito parecida com a de nossos pais. Donde a canção popular: “Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”. Antonio Gramsci, o grande teórico do marxismo chamou isso de senso comum. A filosofia representaria para Gramsci a superação do senso comum. O Senso comum é aquele jeito de sentir e pensar o mundo que perpassa as gerações, quase sem modificações porque sem análise, sem crítica. Porque é acrítico é também assistemático. Moldado como colcha de retalhos, mistura de formas e cores. Molde natural, ao mesmo tempo longo e imediato. Idéias e costumes que vão chegando e ficando. E, como tal, vão caminhando por gerações. Sempre temos alguma atitude ou conceito sobre raça, sexo, classe social, profissão e religião. Nunca sabemos ao certo como se formaram esses conceitos. Sabemos só (sentimos)

que é assim. É conceito ou pré-conceito? O Fato é que absolutizamos os valores constitutivos da identidade de certos grupos.

O senso comum das pesquisas define escalas e questionários/entrevistas ou grupos de controle e experimentais para medir o comportamento (seja o comportamento verbal como as opiniões) seja o comportamento em atos. Uma vez medido, ele é contrastado com outras opiniões (venham de reflexões, venham da onde vier). O cotejo dessas opiniões dá mais algumas conclusões. Mas tudo isso é realizado de forma mecânica, sem o quesito de historicidade. Donde o impasse da incompreensão. E conseqüentemente moralismo nas recomendações para que se façam mais pesquisas naqueles pontos que ficaram obscuros. Ou então, quando o comportamento não se encaixa no modelo anteriormente teorizado, é o comportamento que precisa de redirecionamento. A teoria não. Donde o autoritarismo da auto-consciência teórica das ciências. Os empírico-analíticos envelhecem a história incessantemente para assim atualizarem a ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELKIN, N. J. (1978) Information concepts for information science. **J. Documentation** 34(1):55-85
- CAMPOS, C. M. C. et al (1992) Satisfação no trabalho: perspectiva de bibliotecários de uma Universidade Estadual. (Trabalho realizado como parte dos requisitos da disciplina Metodologia Científica no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP).
- GIACOMETTI, M. M. (1990) Alvos docentes-pesquisadores relativos à carreira: influência das variáveis sexo e área do conhecimento. **Estudos de Psicologia**. Campinas, PUCAMP, N. 1 jan-julh.
- _____. Docentes-pesquisadores: perspectivas pessoal quanto à profissão. **Estudos de psicologia**. Campinas, PUCAMP, n. 2 ago-dez.

- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- KUHN, T. (1978) *A estrutura das revoluções científicas*. SP, Perspectiva.
- LIMA, Ademir B. A. (1991). *Aproximação crítica a teoria dos estudos de usuários de biblioteca*. Campinas, PUCCAMP (Diss. Mestrado) 125p.
- LOPES, T. M. J. & RIBEIRO, M. S. P. (1992). *Função da leitura entre pós-graduandos em Biblioteconomia*. (Trabalho realizado como parte dos requisitos da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCCAMP) 14p.
- MOSTAFA, S. P. (1985) *Epistemologia da Biblioteconomia*. SP, PUC-SP (tese Doutorado)
- _____ (1992) *Sociedade de Informações: sociedade do trabalho*. R. Bibliotecon. UFMG (no prelo)
- PRATES DE OLIVEIRA, Z. C. (1983) *O bibliotecário e sua auto-imagem*. SP, Pioneira/INL 98p.
- SAVIANI, D. apud MACHADO, L. R. S. (1989) *Politecnicia, escola unitária e trabalho*. SP. Cortez (prefácio)
- SCHAEFER, S. (1985) *A lógica dialética: um estudo da obra de Caio Prado Júnior*. Porto Alegre, Movimento.
- TARGINO, M. G. (1984) *Conceito de biblioteconomia*. Brasília, ABDF.